

Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Grimonprez, Paulo

Lille : Alma-Jacquet, estratégias populares

<http://hdl.handle.net/11067/3481>

Metadados

Data de Publicação	1985
Palavras Chave	Classe operária - França - Lille - Condições sociais
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 01 (1985)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T10:23:47Z com informação proveniente do Repositório

LILLE — ALMA-JACQUET. ESTRATÉGIAS POPULARES

*Paul Grimmonprez **

O quarteirão Alma-Jacquet está situado na extremidade de um bairro operário, suburbano da cidade de Lille, separado do centro por uma auto-estrada e por uma zona verde, local de um ex-bairro de lata recuperado entre 1970 e 1973.

O quarteirão é uma das cinco zonas — definidas com base nas suas características sociológicas — de um bairro correspondente a um Sector de Serviço Social que abrange uma população heterogénea de aproximadamente 3000 habitantes, no qual se verifica uma forte concentração de famílias socialmente desfavorecidas.

Este quarteirão, Alma-Jacquet (100 habitações) foi declarado, em 1975, zona de recuperação de habitação degradada. Em sua substituição, deveriam ser construídas habitações sociais.

A zona habitacional, de tipo antigo, compõe-se de pequenas casas viradas para a rua e de alguns pátios situados nas traseiras das ruas e que só comunicam com elas através de estreitos átrios que passam despercebidos a quem passa.

A população do quarteirão é desfavorecida: 46% dos moradores têm mais de 65 anos de idade; 25% são operários especializados e trabalhadores manuais; 19% são não-ativos. A restante é composta por pequenos comerciantes (cafés) e artesãos (ferro-velho), cujo modo de vida é próximo do da população desfavorecida.

A fisionomia social dos agentes

Ao localizar estes moradores, constata-se que os sub-proletários moram nos pátios, enquanto que os outros se repartem pelas casas, ao longo das ruas. As relações sociais entre as duas categorias de moradores estão marcadas por processos de rejeição («os que não prestam para nada»), etc.

A população à partida encontra-se desorganizada, passiva. Existe total ausência de militantes, uma diferenciação social entre os sub-proletários que vivem nos pátios, a classe operária e os pequenos comerciantes que residem nas casas, ao longo das ruas.

* Responsável pelas acções específicas,
Circunscrição de Serviço Social da Caixa de Abono Familiar de Lille

A Confederação Sindical do Quadro de Vida (CSCV). Os militantes não moram no bairro mas estão particularmente sensibilizados para as lutas urbanas. A CSCV será o líder da luta pela defesa da habitação.

A equipa de trabalhadores sociais e a instituição CAF (Caixa de Abono de Família).

O Município de Lille e o Serviço de HLM (Habitação de Renda Limitada) da comunidade urbana.

Este quarteirão foi objecto, de 1976 a 1980, de uma experiência de intervenção social conduzida por uma equipa interdisciplinar de trabalhadores sociais da Caixa de Abono de Família de Lille, por meio de um plano de «acção-investigação». A equipa é composta por um coordenador responsável, por dois assistentes sociais polyvalentes, por uma puericultora, por uma conselheira de economia social e familiar, por uma trabalhadora familiar e por um educador.

A acção-investigação é uma metodologia em que a acção conduzida no terreno é questionada pela investigação, que mede as relações sociais estabelecidas entre os agentes e os grupos sociais. Se a investigação mede os resultados, a acção modifica o conteúdo dos conhecimentos sobre os quais incide a investigação. O objecto da investigação não é fixo, estático mas modifica-se, num dinamismo próprio à acção.

Assim, ao desenvolver-se, a acção põe em causa as percepções prematuras, exteriores à populações, para dar corpo ao vivido, ao potencial, ao dinamismo, à vida e à luta contra as condições sociais deploráveis destas populações.

O plano accionado caracteriza-se pela definição de objectivos para a acção e de hipóteses para a investigação; por uma análise das contingências e pela elaboração de uma estratégia; enfim, por uma dupla abordagem, integrando diligências «de rua» e as acções da polivalência de sector (permanência, visita de PMI, etc.). As principais acções desencadeadas no quarteirão incidiram sobre:

- a) o quarteirão Alma-Jacquet que atrás descrevemos;
- b) os tempos livres dos jovens;
- c) o «terreno de aventura»;
- d) a constituição de grupos que impulsionarão uma associação.

As fases de desenvolvimento cronológico da acção em Alma-Jacquet foram as seguintes:

- 1.º — contacto entre os trabalhadores sociais e os militantes da CSCV;
- 2.º — sensibilização levada a cabo pela CSCV e reunião (provocada em Dezembro de 1976) que agrupa poucas pessoas;
- 3.º — recepção pelos moradores da carta de avaliação do valor da habitação estabelecida pelas entidades competentes, a qual leva à tomada de consciência da realidade da demolição do quarteirão.

Primeira mobilização colectiva dos moradores

A CSCV provoca, então, uma mobilização para uma reunião em casa de um morador do bairro. Nesta reunião participam os conselheiros municipais, bem como o director dos HLM. Estão também presentes os trabalhadores sociais. A participação dos moradores é significativa: mais de 40 pessoas, mas consistindo essencialmente em pequenos proprietários ou em inquilinos privilegiados. Esta mobilização constitui o ponto de partida da acção colectiva de defesa do habitat que vai utilizar os seguintes meios:

- contra-inquérito realizado por um aluno de arquitectura e que define uma nova taxa de insalubridade (45% em vez de 80%);
- acções dirigidas ao município:-

- no decurso destas acções, o trabalhador social acompanha os moradores do pátio Morel nas mobilizações organizadas pela CSCV, com o objectivo de incluir os subproletários nas lutas que lhes dizem respeito, de modo a ser tida em conta a expressão dos seus interesses.

A negociação entre a CSCV e a Câmara atinge alguns resultados:

- a redução do perímetro de insalubridade em 40%;
- a recuperação, em vez da renovação, das habitações pertencentes ao Departamento de HLM;
- a construção de novas habitações com dois andares (em vez dos oito andares projectados);
- a adaptação das habitações aos pedidos da população (por exemplo, a instalação de chaminés);
- a atribuição prioritária das habitações recuperadas às famílias que foram abrangidas pela «operação gaveta» (realojamento temporário na proximidade do bairro);
- a criação de um complemento financeiro, no valor da diferença entre o montante das novas e das antigas rendas, depositado pelo Centro de Acção Comunal (BAS), durante cinco anos.

Assim, pôde efectuar-se o controle dos conhecimentos adquiridos pela CSCV, os trabalhadores sociais e a população por meio da mobilização constante da população. Esta situação permitiu as acções consensuais e a criação de uma organização (sob forma associativa) no bairro, reunindo a população do pátio Morel, o Comité de Animação do «Terreno de Aventura» e um grupo de homens sensibilizados para a animação dos tempos livres.

Para além da defesa do quarteirão Alma-Jacquet, a outra acção conflitual foi a defesa do «terreno de aventura» fechado em Outubro de 1976 (a reivindicação centrou-se na reabertura).

As acções consensuais incidiram sobre a utilização do «terreno da aventura»; o acompanhamento de famílias em férias; o desenvolvimento de actividades de animação e de tempos livres (patinagem, futebol, utilização dos equipamentos — centro social, casa dos jovens); o estabelecimento de programas de educação de adultos levados a cabo pelo Centro Regional de Formação em Meio Operário; a realização de festas, passeios, etc.

Estas formas de intervenção saem do quadro habitual do Serviço Social. Com efeito, os trabalhadores sociais não intervêm neste bairro com base num mandato mas a partir de contactos informais.

A posição secante do trabalhador social em relação à populações e às instituições coloca-o numa situação particularmente favorável para reintroduzir os grupos dominados no jogo social, a fim de chegarem a uma negociação que lhes permita fazer reconhecer os seus direitos, os seus modos de vida, os seus valores.

Formas de intervenção não-usuais em Serviço Social

O processo de desenvolvimento da acção colectiva resulta de dois tipos de estratégias: consensuais e conflituais.

As estratégias dependem da análise das circunstâncias e a sua realização depende da capacidade dos agentes para desenvolverem uma prática social que corresponda à estratégia definida.

Estratégias consensuais

As estratégias consensuais visam formar um grupo com base na adesão à participação em actividades propostas (por exemplo: as actividades de economia social e familiar, a gestão do «terreno da aventura») ou a um tema. A estratégia desenvolve-se em três fases: sensibilização, estruturação do grupo, criação de uma identidade do grupo, situando-o nas relações exteriores. Neste caminho, a conscientização do grupo opera-se antes da acção.

Estratégias conflituais

O exemplo do quarteirão Alma-Jacquet ilustra as estratégias conflituais. As estratégias conflituais são formas de defesa das populações às agressões de proveniência externa. Estas estratégias partem das situações sentidas pelas populações, do seu vivido. As fases de desenvolvimento decompõem-se assim:

1. Da revolta desorganizada à mobilização. A revolta desorganizada é o estado latente das populações dominadas, cujas relações internas revelam uma violência contida que traduz a impotência face às situações de exclusão de que são objecto. Esta revolta é individual e manifesta-se através de actos. A acção do trabalhador social ou do militante consiste em provocar a expressão da população, escolhendo um alvo adequado que seja suficientemente simples para ser percebido pela população. A acção deve conduzir a resultados num curto espaço de tempo.

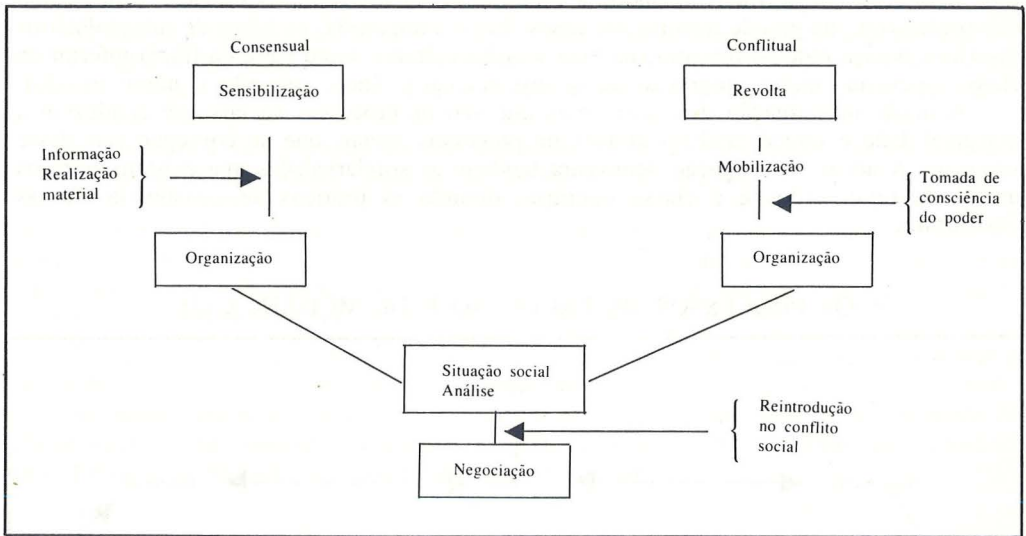
2. Da mobilização à organização. A mobilização é a fase de expressão da população que permite uma primeira estimativa do potencial dinâmico do grupo reunido e do ajustamento dos seus interesses convergentes e divergentes. A organização requer a concertação de interesses contraditórios, das relações sociais difíceis entre grupos sociais diferentes, através da orientação de uma dinâmica fundada em objectivos exteriores ao grupo, incidindo portanto sobre o agressor, e pelo desencadear de um processo consensual interno ao grupo (festas, tempos livres, etc.).

3. Da organização à negociação. É a fase de reconstrução da identidade social, através do reconhecimento das diferenças de modo de vida, de valores, de formas de reacção específicas que engendram fenómenos de rejeição por parte das populações privilegiadas e das instituições. A aceitação destas diferenças é necessária para que a população desfavorecida tenha acesso à negociação; dela depende a reconstrução da identidade social, através da inserção em relações sociais normais. Contudo, o reagrupamento de meios sociais diferentes no seio de uma mesma acção, só pode realizar-se em certas condições: dominar os instrumentos de análise (o que a investigação permite); dominar as identidades colectivas.

Os grupos em formação criam a sua própria identidade, estruturam-se ao reforçarem as suas diferenças com os outros grupos. O domínio da identidade colectiva evita que as diferenças impossibilitem a coesão da acção colectiva, o que supõe um controle dos processos individuais e colectivos, das relações sociais constitutivas da identidade, isto é:

- das capacidades de iniciativa;
- da abertura da acção ao exterior;
- das experiências de entreaajuda e de solidariedade, etc.

ESQUEMA DAS ESTRATÉGIAS



A análise e a investigação sociológicas do bairro¹ conduziram ao estudo das relações sociais que as populações desfavorecidas mantêm com o habitat assim como com o trabalho social. Estas hipóteses são as seguintes: existe ou não um grupo social específico? Há possibilidade de estabelecer ligações entre os sub-proletários e a classe operária?

O método comparativo que foi utilizado fez emergir a existência de fricções sociais entre grupos sociais diferentes. Estas fricções exercem-se de forma diferente, de acordo com os locais de habitação e a sua envolvente. Assim, uma família desfavorecida terá mais possibilidades de ser acompanhada pelo Serviço Social, se morar num bairro em que a classe média é dominante, do que se viver num bairro homogeneamente desfavorecido. Igualmente, as colocações de crianças serão mais importantes num caso do que no outro.

Os grupos sociais, estudados segundo as suas dificuldades, são assim classificados:

- operário especializado;
- operário qualificado e trabalhador manual regular;
- o último grupo integra os que não trabalham ou cujo trabalho é irregular (população habitualmente designada pela expressão «sub-proletário»).

O estudo demonstrou que o grupo dos operários especializados está sociologicamente próximo do grupo sub-proletário, diferindo quanto aos rendimentos e às relações com as instituições especializadas (polícia, justiça, prisão, hospital, serviços sociais).

Os operários qualificados demarcam-se muito nitidamente do grupo sub-proletário por melhores condições financeiras e por melhores relações com as instituições administrativas e sociais.

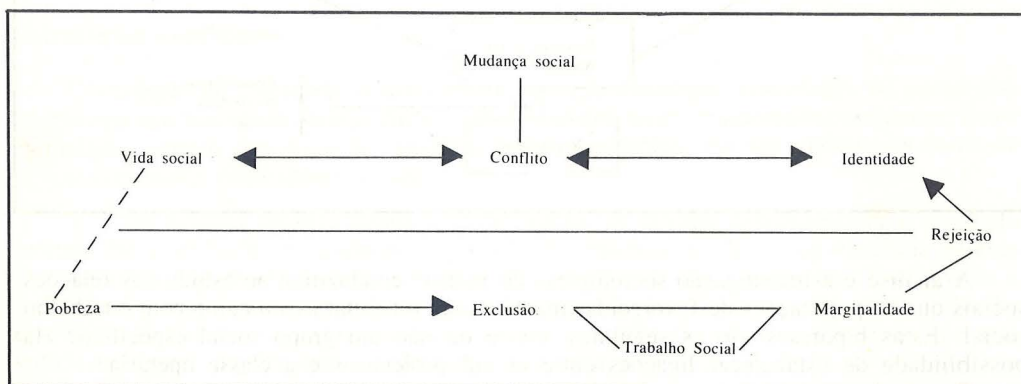
Este estudo, embora não tenha permitido definir um grupo social específico, possibilitou afinar a análise do sub-grupo proletário, através de tentativas para verificar a hipótese da reprodução do sub-proletariado. De facto, os resultados não só invalidam a hipótese da reprodução sistemática, como acentuam os processos que marginalizam a população.

(¹) AUTES, Michel — *Travail social et changement social. Analyse d'une action-recherche en milieu défavorisé*, *Études Caf*, n.º 24, décembre 1981.

É assim que a população dita «móvel», a que foge dos tribunais, da prisão, a população sem habitação «legalizada» conhece a reprodução da miséria. As crianças tornar-se-ão sub-proletários, na grande maioria dos casos. Em contrapartida, os filhos de sub-proletários inseridos noutra rede de relações, na vida social e cultural, farão parte da franja inferior da classe operária (numa proporção de quatro em cada cinco, segundo o nosso estudo).

A acção-investigação demonstra pois que são os processos sociais que conduzem à marginalidade e que é também através de processos sociais que se consegue sair dessa situação. A acção-investigação demonstra também as solidariedades que existem entre os meios desfavorecidos e a classe operária, quando as práticas de assistência não as destruíram.

OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO E DE MUDANÇA (2)



A acção-investigação conduzida junto da população desfavorecida tinha como objectivos:

- provocar e fazer emergir o dinamismo da população desfavorecida;
- analisar as relações sociais estabelecidas entre estas populações, o trabalho social e o habitat.

Uma estratégia que se utiliza da dinâmica do conflito

As estratégias conflituais são respostas estruturadas e negociadas às agressões sofridas pelas populações em processos de exclusão. A participação em situações concretas, acções e negociações, inscreve o meio desfavorecido em situações sociais reais.

O trabalhador social, como o militante, desenvolve uma prática que permite à população reencontrar a sua identidade social.

Nas estratégias consensuais, a conscientização realiza-se antes da acção. O principal objectivo visado é a estruturação do grupo por intermédio de actividades do tipo cozinha, costura, etc. ou do tipo tempos livres, festas.

As estratégias conflituais e consensuais não se opõem, podem ser complementares. A sua utilização combinada, junto de uma população em processo de exclusão, desencadeia o potencial dinâmico da população.

(2) Este esquema é extraído da Revista Belga *Contradictions*, n.º 29, 1981.

As fricções sociais

As relações sociais entre grupos sociais diferentes estão marcadas por fricções sociais. É assim que as pressões do ambiente colocam as famílias desfavorecidas em posição de «clientes» do serviço social. Por exemplo, o comerciante que aconselha à cliente endividada um encontro com a assistente social.

A mobilidade das famílias acentua a marginalização das populações desfavorecidas, pelo abandono da vida social e profissional. As incidências das expulsões, das mudanças de casa precipitadas aquando das acções em tribunal, ou dos realojamentos provisórios (saída de estabelecimentos especializados) tornam impossível a integração das crianças da população sub-proletária na rede de igualdade com os outros jovens. Assim, a sua assimilação e participação, em pé de igualdade com os outros, nos equipamentos e estruturas (escola, centros sociais) torna-se impossível.

Portanto, a primeira condição para que a população desfavorecida possa reencontrar a sua identidade social e integrar-se na classe operária é a estabilidade no seu habitat.

As outras condições são o desenvolvimento das solidariedades com as organizações da classe operária que intervêm no quadro de vida, a fim de que sejam tomadas em conta as suas precárias condições no quadro das acções comuns.